

AMOSTRA DE ANTROPONÍMIA ALENTEJANA DO SÉCULO XV

por Iria Gonçalves

Após a morte de Henrique IV de Castela, ocorrida em Dezembro de 1474, Afonso V de Portugal começou imediatamente a preparar-se para dar início à sua intervenção armada naquele país, como defensor dos direitos de sua sobrinha e indigitada esposa, D. Joana, ao trono castelhano, conhecida como era a oposição que a futura rainha Isabel, a Católica, lhe iria mover ⁽¹⁾. Antes, porém, reuniu cortes em Évora, onde a guerra com o reino vizinho foi aprovada e onde o povo prometeu contribuir, com um subsídio extraordinário, sob a forma de pedido, para fazer face às despesas que se previam ⁽²⁾.

Acompanhando de muito perto esta contribuição, cobrou-se também um empréstimo, que já em Abril de 1475 estava sendo pago, pelo menos no almoxarifado de Évora, pelos privilegiados que tinham preferido não pegar em armas para ir combater ao lado do seu soberano ⁽³⁾. Com estes, foram tributados também os órfãos e os judeus.

Para a cobrança do empréstimo foi, como é natural, elaborada neste almoxarifado uma lista de contribuintes, distribuídos pelas seis mais importantes povoações — além da cidade, Arraiolos, Alcáçovas, Montemor-o-Novo, Viana e Redondo, as

(1) Sobre este assunto, cf. bibliografia citada por Iria Gonçalves, *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa, 1964, p. 9, n. 5.

(2) Sobre este e outros pedidos lançados pròximamente à mesma época, cf. Iria Gonçalves, *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa, 1964, pp. 169-175.

(3) Era habitual ser dado aos privilegiados a possibilidade de opção entre combater e subsidiar as despesas da guerra.

únicas, por certo, onde viviam pessoas nas condições anteriormente apontadas ⁽⁴⁾ — lista que felizmente chegou até nós ⁽⁵⁾, com toda a sua riqueza de informações, da mais variada ordem.

Um dos domínios em que se apresenta particularmente rica é no da antroponímia, possibilitando análises quantitativas de muito interesse histórico, e que adquirem um maior significado por razão da penúria dos arquivos portugueses em documentação deste género.

Compõe-se o presente rol de 1110 nomes, na sua maioria de cristãos — 1046 ⁽⁶⁾ — a que se juntam 58 de israelitas ⁽⁷⁾ e apenas 6 de muçulmanos ⁽⁸⁾.

Trata-se, é certo, de um documento perfeitamente circunscrito no espaço e no tempo, referido, além do mais, apenas a certas camadas de população ⁽⁹⁾, e os resultados a que por seu intermédio se venha a chegar, não permitem, por forma

(4) Pertenciam ao almoxarifado de Évora, além destas povoações, Pavia, Cabeção, Moura, Lavre, Canha e Cabrela.

(5) Conheço dois exemplares deste interessante documento no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gaveta* 13, m. 11, n.º 1 e *Fundo Antigo*, pasta 186, n.º 3. (Cf. Iria Gonçalves, *O empréstimo concedido a D. Afonso V*, pp. 7-8).

(6) Uma vez que se trata de um rol de habitantes de determinadas povoações, e só delas, excluí alguns antropónimos que ocorrem apenas para melhor referenciar qualquer dos indivíduos, mas pertencentes a pessoas notoriamente estranhas à região. É o caso, entre outros, do Infante D. Henrique.

(7) Embora os antropónimos judeus sejam em número reduzido, pareceu-me de interesse estudá-los, até porque, constituindo esta raça uma minoria, eles não podiam ser muito numerosos. Penso que os 58 nomes representam uma amostra muito válida da população judaica da região.

(8) É impossível qualquer estudo, nos moldes do que me proponho apresentar, sobre estes nomes. Limito-me, portanto, a utilizar um ou outro elemento que fornecem, quando posso englobá-lo nos dados de conjunto.

(9) Trata-se, como atrás ficou dito, dos privilegiados da região, mas a própria homogeneidade da população, contribui para que os dados fornecidos pelo documento sejam, embora mais restritos, mais válidos e preciosos. A outra camada populacional que figura ao lado desta, a dos judeus, será tratada separadamente, uma vez que a antroponímia israelita é completamente diferente da cristã.

alguma, qualquer espécie de generalização. Mas podem facultar, mais tarde, conclusões de grande alcance histórico, pela sua comparação com outros que por ventura venham a ser dados a conhecer ⁽¹⁰⁾.

*
* *

Os antropónimos medievais eram constituídos, essencialmente, por um nome próprio — o mais importante e único verdadeiramente fixo ⁽¹¹⁾ — a que se podia ou não juntar um sobrenome, que era sempre, ou pelo menos quase sempre, formado por um patronímico ⁽¹²⁾ e um indicativo de proveniência ou de domicílio, ou uma alcunha, que podiam ou não, um e outra, transformar-se em apelido de família ⁽¹³⁾.

⁽¹⁰⁾ Tenho, aliás, em preparação, outros trabalhos acerca do mesmo assunto, incidindo sobre áreas ou épocas diferentes destas.

⁽¹¹⁾ Paul Lebel, *Les noms de personne de France*, 5.^a ed., Paris, 1962, p. 61; Olof Brattö, *Studi di antroponimia fiorentina*, Gotemburgo, 1953, p. 41.

⁽¹²⁾ J. Leite de Vasconcelos (*Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, 1928, pp. 113 e 119) só considera patronímicos as formas derivadas do nome próprio do pai, em genitivo, como «Alvares», «Fernandes», «Martins» e chama sobrenome a «Afonso», «Gil», «Lourenço», quando seguem imediatamente o nome de pia. Mas durante a Idade Média todos desempenham, rigorosamente a mesma função e por isso, pelo menos sob o ponto de vista histórico, encontram-se num plano de perfeita igualdade. Albert Carnoy (*Origines des noms de famille en Belgique*, Lovaina, 1953, p. 77) considera mesmo, para o francês, que na Idade Média, bastava a aposição do nome do pai ao do filho, para criar um genitivo. Não havia a necessidade da junção de sufixos nem partículas. Assim, aplicarei a todas as formas a designação de «patronímico» e não estaborecerei qualquer distinção entre elas.

⁽¹³⁾ J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 566 e «Preito filológico prestado a um insigne orador», in *Opúsculos*, vol. III, *Onomatologia*, Coimbra, 1931, pp. 4-5.

J. J. Nunes («Os nomes de baptismo. Sua origem e significação», in *Revista Lusitana*, vol. XXXI, Lisboa, 1933, p. 6) considera este sistema semelhante ao dos romanos. Não me parece, porém, que a equiparação por ele estabelecida entre o patronímico medieval e o gentilício romano seja válida. Este era o verdadeiro nome de família, enquanto aquele não passava de um simples indicativo de paternidade, que mudava, necessariamente, em cada geração.

Este sistema vigorou entre nós até aos fins do século XV⁽¹⁴⁾, para vir a desagregar-se na centúria seguinte. Continuaram no entanto a existir bastantes casos em que ele ainda era conservado.

Nos fins da Idade Média, o nome próprio avulso só era usado pelas crianças⁽¹⁵⁾ e por aqueles que podiam fazê-lo preceder de um prenome⁽¹⁶⁾, em regra honorífico — «D. Branca», «Mestre Afonso» — ou de carácter eclesiástico — «Frei Gonçalo». Assim, neste caso, não se tratava de um nome rigorosamente avulso, pois o título junto era também um elemento individualizante da pessoa que o usava. No respeitante às

(14) Amadeu Ferraz de Carvalho (*Da actual feição da antroponomia portuguesa. Proposta de um inquérito onomástico*, Coimbra, 1927, p. 12) afirma que, «nos séculos XII a XIV ainda por vezes se usavam os patronímicos na sua característica função primordial», o que restringe enormemente a duração do sistema a que me referi. Principalmente se atentarmos no «por vezes». Ora, os vários milhares de documentos, provenientes do século XV, que tenho compulsado, obrigam-me a concluir que ele estava em pleno vigor, ainda mesmo durante esta centúria. Mesmo para os não nobres, aparecem já, é certo um ou outro caso de cristalização do patronímico e sua transformação em nome de família, mas esta não é ainda, de modo nenhum, a regra. Para citar alguns exemplos, extraídos apenas do documento cuja análise me proponho fazer, poderei indicar: Afonso Gonçalves, filho de Gonçalo Afonso (Iria Gonçalves, *O empréstimo concedido a D. Afonso V*, p. 63); Afonso Peres, filho de Pedro Eanes (*ibidem*, p. 47); Afonso Peres, filho de Pedro Tourais (*ibidem*, p. 59); Álvaro Dias, filho de Diogo Gonçalves (*ibidem*, p. 44); Diogo Gil, filho de Gil Vicente (*ibidem*, p. 60); Diogo Gonçalves, filho de Gonçalo Eanes do Mel (*ibidem*, p. 40); Diogo Lopes, filho de Lopo Gil (*ibidem*, p. 48); Fernando Afonso, filho de Afonso Lourenço Góis (*ibidem*, p. 39); João Esteves, filho de Estêvão Vicente (*ibidem*, p. 52); Nuno Afonso, filho de Afonso Eanes da Rena (*ibidem*, p. 54); Nuno Álvares, filho de Álvaro Pires de Horta (*ibidem*, p. 58); Pedro Eanes, filho de João Vaqueiro (*ibidem*, p. 72); Pedro Gonçalves, filho de Gonçalo Gonçalves (*ibidem*, p. 40); Rui Gonçalves, filho de Gonçalo Martins (*ibidem*, p. 46); Vasco Vicente, filho de Vicente Afonso (*ibidem*, p. 59). Estes são quase todos os casos em que vêm indicados, ao mesmo tempo, filiação e patronímico.

(15) J. Leite de Vasconcelos, *Antroponímia portuguesa*, pp. 95 e 340-341. No presente rol há também uma mulher que apenas se nomeia «Guiomar». Noutros casos junta-se um prenome honorífico.

(16) Sigo Leite de Vasconcelos na adopção deste termo (*Ob. cit.*, p. 18).

crianças, como ele não bastava, igualmente, para uma identificação completa, ocorria sempre junto a qualquer outro elemento diferenciador, em regra a indicação do pai — não ainda como um apelativo — mas por vezes também a da mãe, a de algum dos avós, ou outra.

Só mais tarde é que se juntava o sobrenome, tornado também insuficiente para uma cabal identificação, principalmente nos mais importantes centros populacionais. Foi aí, pois, onde primeiramente surgiu a necessidade de junção de um terceiro componente, e mesmo de um quarto, de igual tipo. Ao contrário do nome próprio e patronímico, este novo elemento apresentava-se de uma variedade extrema e por isso fez cair alguns sobrenomes, tornados desnecessários, e chegou mesmo a sobrepor-se a todos os demais constitutivos do antropónimo, eclipsando-os⁽¹⁷⁾. Isto não significa que o indivíduo deixasse de usar o indicativo de filiação, no primeiro caso, ou este e o seu nome próprio, no segundo, mas apenas que os restantes apelativos eram bastantes para o identificar cabalmente, dentro da sociedade em que vivia.

No rol que agora estudo ocorrem exemplos de todos os casos apontados, embora a frequência de uns e outros mostre bem as tendências marcantes. Tentarei analisá-lo, não esquecendo, no entanto, a grande fluidez dos nomes medievais — excepção feita para o recebido no baptismo — o que não permite alargar os resultados obtidos para além de saber que tipos de denominação se precisavam para evitar as homonímias e as confusões daí resultantes.

Se para uma mais fácil apresentação dos dados, se representar por uma letra cada um dos componentes do nome, por exemplô:

N — Nome próprio,

P — Patronímico,

A — Apelido ou alcunha,

E — Qualquer outro elemento identificativo que se junta ao nome sem fazer parte dele,

(17) J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 180; Paul Lebel, *ob. cit.*, p. 12.

teremos:

NÚMERO DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO NOME

N.º de elementos do nome	N.º de nomes	%	Totais de nomes	%
1 — N (+ E)	12	1,1	45	4,3
1 — A	28	2,7		
1 — A (+ E)	5	0,5		
2 — N + P	160	15,3	559	53,5
2 — N + P (+ E)	232	22,2		
2 — N + A	140	13,4		
2 — N + A (+ E)	27	2,6		
3 — N + P + A	426	40,7	439	41,9
3 — N + P + A (+ E)	9	0,8		
3 — N + 2 A	4	0,4		
4 — N + P + 2 A	3	0,3		
TOTAL	1046	100	1046	100

Os apelativos simples são poucos—apenas 4,3% do total—e ainda assim nunca completamente isolados, se são um nome próprio. Nos adultos, estes ocorrem sempre acompanhados por um prenome⁽¹⁸⁾ e num só caso pela indicação de parentesco⁽¹⁹⁾; nas crianças pela filiação⁽²⁰⁾ ou pela referência a quaisquer outros laços familiares⁽²¹⁾.

No respeitante às alcunhas ou apelidos, como a sua variedade é grande, são mais susceptíveis de, por si só, identificarem uma pessoa e por isso ocorrem algumas vezes avulsas—28,

(18) D. Vasco (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 66), Mestre João (*ibidem*, p. 56), Mestre Gonçalo, cirurgião (*ibidem*, p. 38), Mestre Guilherme (*ibidem*, p. 43). Num dos casos julgou-se necessário indicar também a profissão.

(19) Guiomar, «que foy de diego de caluos» (*ibidem*, p. 38).

(20) Afonso, filho de Fernão Martins, cutileiro (*ibidem*, p. 76); Martinho, filho de Rui Martins, carvoeiro (*ibidem*, p. 86).

(21) João, neto de Vicente Alvares Carpinho (*ibidem*, p. 82); Nuno, neto de Nuno Martins Galvão (*ibidem*, p. 76); João, irmão de Fernão Lourenço dos Andreses (*ibidem*, p. 83).

numa percentagem de 2,7 % do total (²²). Mas isso não impede que qualquer outra indicação lhes possa vir apensa (²³), por certo em substituição do nome de pia ou outro, desconhecido dos organizadores do rol, por esquecido, às vezes, até das pessoas mais íntimas do indivíduo.

Mais de metade dos nomes—559, correspondentes a 53,5% da totalidade — são formados apenas por dois apelativos, mas vemos que em quase metade destes casos — 259 denominações, o que equivale a 24,8 % do total — esses dois nomes são já insuficientes para individualizarem cabalmente a pessoa que os usa. É necessário portanto juntar-lhes qualquer outro elemento identificativo, principalmente nos casos dos antropónimos em que o segundo termo é um patronímico — 232, ou seja, 22,2 % do total — dado o reduzido número de nomes próprios em uso. Esta parte anexa desempenha, na prática, as funções de mais uma denominação — o que reduz a percentagem acima indicada para 28,7 %, respeitante a 300 casos — e por vezes, com o tempo, ele pode mesmo vir a transformar-se numa apelativo (²⁴).

São da mais variada espécie estas adjunções nominais: indicativos de filiação (²⁵) ou de quaisquer outros laços de parentesco (²⁶), sendo vulgar, para as mulheres, a nomeação do cônjuge, ainda vivo ou já falecido (²⁷), mas havendo também

(²²) Belorim (*ibidem*, p. 82), Carca («carqua») (*ibidem*, p. 86), Cortesia (*ibidem*, p. 53), o Ferrador (*ibidem*, p. 37), o Leal (*ibidem*, p. 81), a Piedosa (*ibidem*, p. 86), o Tisnado (*ibidem*, p. 34).

(²³) Boroeira, viúva (mulher que foi) de Cortesia (*ibidem*, p. 53); Boroa, mulher de João Lourenço Azeitado (*ibidem*, p. 41); Veco, genro de André Eanes Nabo (*ibidem*, p. 61).

(²⁴) Como sejam, por exemplo, indicativos de profissão (Caeiro, Calafate, Serrão), ou de cargos (Alcaide), ou de parentesco (Sobrinho, Neto), ou outros.

(²⁵) Cf. nota 14.

(²⁶) Afonso Lourenço, genro da Gouvinhas (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 56); Álvaro Afonso, genro de Álvaro Dias (*ibidem*, p. 48); João Álvares, genro de Rui Gonçalves (*ibidem*, p. 49); Catarina Peres, irmã de Barnabé Peres (*ibidem*, p. 33).

(²⁷) Beatriz Eanes, mulher que foi do Mangalasa (*ibidem*, p. 72); Beatriz Fernandes, mulher que foi de Lopo Cabral (*ibidem*, p. 71); Constança Eanes, mulher que foi de Rui Vasques (*ibidem*, p. 86); Leonor Vasques, mulher que foi de Clemente (*ibidem*, p. 86); Catarina Esteves,

casos de explicitação da identidade do marido através da esposa (²⁸); referências a outras relações pessoais (²⁹); designativos de domicílio (³⁰) ou vizinhança (³¹); menções de cargos (³²), dignidades (³³), profissões (³⁴) ou situações sociais (³⁵); junção de um epíteto (³⁶), em regra para distinguir pessoas da mesma família (³⁷). Por vezes, julgou-se mesmo necessário o recurso a duas referências, de tipo diverso (³⁸).

mulher de Rodrigo Eanes Bandarra (*ibidem*, p. 42); Catarina Fernandes mulher de Martim Eanes (*ibidem*, p. 58).

(²⁸) Nuno Vaz, marido de Iria Eanes (*ibidem*, p. 42).

(²⁹) Fernando Eanes, criado do Infante D. Henrique (*ibidem*, p. 45); Mendo Afonso, criado da Rainha de Castela (*ibidem*, p. 50); Pero Dias, criado do Bispo D. Vasco (*ibidem*, p. 66); Rodrigo Eanes, criado do Conde de Faro (*ibidem*, p. 55); Rui Dias, criado do Príncipe (*ibidem*, p. 43); Duarte Afonso, amo do Barão (*ibidem*, p. 39); João Martins, amo do Contador (*ibidem*, p. 44).

(³⁰) André Gonçalves, lavrador em Montes Claros (*ibidem*, p. 39); João Martins, que está aos pinheiros de João Mendes (*ibidem*, p. 70).

(³¹) Gonçalo Lopes, seu vizinho (de Luís Papo da Togeira) (*ibidem*, p. 61).

(³²) Estêvão Fernandes, ouvidor de Pavia (*ibidem*, p. 66); Gonçalo Coelho, recebedor das sisas (*ibidem*, p. 73); Pedro Eanes, Juiz das sisas (*ibidem*, p. 54).

(³³) Afonso Eanes, deão de Sé de Évora (*ibidem*, p. 66); Rodrigo Afonso, arcediogo da Sé de Évora (*ibidem*); Alvaro Gonçalves, cónego (*ibidem*, p. 69); Luís Lourenço, sacerdote (*ibidem*, p. 66).

(³⁴) André Martins, tintureiro (*ibidem*, p. 59); Dinis Eanes, alfaiate (*ibidem*, p. 67); Diogo Dias, enxerqueiro (*ibidem*); Diogo Gonçalves, mercador (*ibidem*, p. 66); Estêvão Rodrigues, tabelião (*ibidem*, p. 44); Fernando Afonso, estalajadeiro (*ibidem*, p. 41); Fernando Eanes, ourives (*ibidem*, p. 42); Fernando Eanes, regatão (*ibidem*); Isabel Afonso, picheleira (*ibidem*, p. 45); Isabel Afonso, tendeira (*ibidem*); João Álvares, tecelão (*ibidem*, p. 48); João de Elvas, armeiro (*ibidem*, p. 34); João de Elvas, trapeiro (*ibidem*, p. 67); Rui Gonçalves boticário, (*ibidem*, p. 43).

(³⁵) Rodrigo Afonso, cavaleiro (*ibidem*, p. 72); Álvaro da Torre, escudeiro do rei (*ibidem*, p. 45); Luís Gonçalves, escudeiro do rei (*ibidem*, p. 37).

(³⁶) Adopto a terminologia de Leite de Vasconcelos (*Ob.cit.*, p. 17).

(³⁷) Diogo Lopes, o Velho (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 49); Fernão Gil, o velho (*ibidem*, p. 55); João Rico, o Velho (*ibidem*); Maria Eanes, a Moça (*ibidem*, p. 58); Martim Vaqueiro, o Moço (*ibidem*, p. 51); Pedro Doairos, o Moço (*ibidem*, p. 41).

(³⁸) Rodrigo Afonso, leiteiro, do Redondo; Afonso Gonçalves, seleiro, da Fonte do Abade (*ibidem*, p. 70).

Desta maneira caminha-se a passos largos, apressados pela necessidade, para os antropónimos formados por três denominações, que aqui não estão já muito longe da metade — 439, ou seja, quase 42 %. Desta maneira, o alentejano do século xv ficava já bastante bem individualizado, ainda mesmo na sua cidade mais populosa — Évora. Por isso, os elementos apensos ao nome são quase inexistentes, ocorrendo apenas em 9 casos (39).

Os quatro apelativos são ainda praticamente desnecessários e a prová-lo estão os únicos três antropónimos assim constituídos.



Analisando agora cada um dos componentes do nome, comecemos por verificar a pobreza onomástica dos dois primeiros elementos, pobreza que ainda mais se acentua se dos nomes próprios transitarmos para os patronímicos, os quais, não passando do nome de baptismo (40) da geração anterior, indicam, nessa mesma geração, uma penúria onomatológica ainda maior. A par deste aspecto, a sua irregular frequência, fenó-

(39) Os seus tipos são, como é natural, semelhantes aos que atrás indiquei: Nuno Martins Serrão, cónego (*ibidem*, p. 68); Aires Pires Vilela, procurador (*ibidem*, p. 34); Fernão Rodrigues Preto, mercador (*ibidem*, p. 74); Gomes Eanes Guisado, lavrador (*ibidem*, p. 45); João Lourenço Nabo, que mora a Santa Clara (*ibidem*, p. 70); Vasco Gonçalves Rabadão, que está na de Gonçalo Gonçalves (*ibidem*, p. 72); João Martins Bochardo, o Velho (*ibidem*, p. 60).

(40) Como atrás deixei dito (cf. nota 14) o uso do patronímico como tal, estava ainda em pleno vigor durante a época de que aqui me ocupo, excepção feita para a nobreza que há muito deixava de o usar como regra, principalmente nas suas camadas mais elevadas. A pequena nobreza, conservou o seu uso durante muito mais tempo.

É certo que figuram, no rol que examino, alguns elementos provenientes desta última camada social, que, aliás, ainda não tinha abandonado completamente o emprego do patronímico na sua acepção própria; é certo também que alguns vilãos começaram a seguir neste caso o exemplo da nobreza. Mas, uns e outros formam uma percentagem bastante pequena para, embora introduzindo-lhe uma certa margem de erro, não invalidar as conclusões que adiante apresento.

meno, aliás, natural e de todos os tempos, mas que aqui se apresenta de uma forma altamente acentuada.

NOMES MASCULINOS

Nome próprio	N.º de indivíduos	Patronímico	N.º de indivíduos
João	203	Anes ou Eanes	146
Fernão ou Fernando ⁽⁴¹⁾	101	Fernandes	60
Afonso	72	Afonso	100
Rui ou Rodrigo ⁽⁴²⁾	66	Ruiz ou Rodrigues ⁽⁴³⁾	40
Diogo	64	Dias	23
Pero ou Pedro ⁽⁴¹⁾	56	Peres ou Pires	41
Gonçalo	50	Gonçalves	68
Martim ou Martinho ⁽⁴¹⁾	44	Martins	61
Álvaro	41	Álvares	27
Vasco	38	Vaz ou Vasquez	56
Luís	30	—	—
Lopo	27	Lopes	15
Estêvão	24	Esteves	33
Lourenço	19	Lourenço	46
Gomes	19	Gomes	29
Nuno	18	Nunes	4
Gil	16	Gil	30
André ou Andrés	15	André ou Andrés	7
Mem ou Mendo ⁽⁴¹⁾	11	Mendes	10
Vicente	7	Vicente	12
Brás	5	—	—
Aires	4	Aires	7
Bartolomeu	3	—	—
Cristóvão	3	—	—
Dinis	3	—	—
Domingos	2	Domingues	7
Filipe	2	—	—
García	2	García	1

(41) Conto como uma só unidade onomástica as formas plena e proclítica do nome.

(42) Apesar de se terem tornado já nesta época dois nomes autónomos, considero-os como uma só unidade onomatológica, tal como indiquei na nota anterior, porque também «Rui» é uma forma proclítica de «Rodrigo» (Cf. J. Leite de Vasconcelos, *Antroponímia portuguesa*, p. 453. Este autor, aliás, a p. 77, chama a «Rui» forma hipocorística de «Rodrigo», mas depois rectifica a sua opinião). A primeira forma ocorre 28 vezes e a segunda 38.

(43) Na documentação da época ocorrem ambas as formas que indico mas como a primeira aparece quase sempre em forma abreviada

Nome próprio	N.º de indivíduos	Patronímico	N.º do indivíduo
Heitor	2	—	—
Henrique	2	—	—
Tristão	2	—	—
Antão	1	—	—
Barnabé	1	—	—
Duarte	1	—	—
Grave	1	—	—
Gregório	1	—	—
Guilherme	1	—	—
Jorge	1	—	—
Marcos	1	—	—
Mateus	1	—	—
Paio	1	Pais	1
Simão	1	Simão	1
—	—	Geraldes	2
—	—	Bernardes	1
—	—	Jusarte	1
—	—	Nicolau	1
<i>Total</i>	962	<i>Total</i>	830

Temos assim um total de apenas 42 unidades onomásticas usadas como nome próprio e não mais de 28 como patronímico. Nota-se, no entanto, apesar desta pobreza onomatológica, a que já atrás fiz referência, que há, na primeira metade do século xv (44), uma maior abertura ao exterior, traduzida pelo uso de novas denominações, muito embora sem grande expansão, porque são aplicadas um número restrito de vezes.

Mas um caso surge, deveras curioso, entre elas: o de «Luís», que ocorre 30 vezes como nome próprio e nenhuma como indicativo de filiação. Querirá isto significar uma divulgação das coisas francesas na área que estudo, durante o princípio do século xv e, entre elas, do culto de S. Luís (45), que

e a segunda surge muitas vezes com um sinal indicativo de abreviatura, é impossível distingui-las uma da outra.

(44) Com excepção de alguns poucos nomes usados por crianças (ou, pelo menos, menores, pois contribuem como órfãos, por intermédio dos seus tutores) todos os nomes que figuram na lista que apresento foram atribuídos durante a primeira metade da centúria de quatrocentos, pois pertencem a indivíduos que em 1475 eram já chefes de família.

(45) Cf. o que digo adiante, a propósito dos nomes dos Santos.

teria tido aí uma rápida difusão? A ser assim, essa difusão deveria ter sido geral, pois o nome figura na lista de todas as povoações aqui representadas.

No que respeita aos patronímicos não usados como nome de baptismo, além de serem poucos ocorrem um número mínimo de vezes, significando assim que já eram pouco usados na geração anterior.

Mas as diferenças apontadas pouco influem no aspecto geral do conjunto, porque, como disse, as unidades onomásticas representativas de variação são pouquíssimas vezes utilizadas.

Os nomes verdadeiramente populares são os tradicionalmente usados desde há longos tempos, os quais englobam a imensa maioria dos indivíduos estudados. As diferenças entre uma geração e outra são pequenas e muito pouco significativas.

Vejamos, em confronto, as oito ⁽⁴⁰⁾ denominações mais frequentes:

COMO NOME PRÓPRIO			COMO PATRONÍMICO		
Nome	N.º de indivíduos	%	Nome	N.º de indivíduos	%
João	203	21,1	João	146	17,5
Fernão ou Fernando	101	10,5	Afonso	100	12
Afonso	72	7,5	Gonçalo	68	8,2
Diogo	64	6,9	Martim ou Martinho	61	7,4
Pero ou Pedro	56	5,8	Fernão ou Fernando	60	7,2
Gonçalo	50	5,2	Vasco	56	6,7
Martim ou Martinho	44	4,6	Lourenço	46	5,6
Álvaro	41	4,2	Pero ou Pedro	41	4,9
<i>Total</i>	631	65,5	<i>Total</i>	578	69,5
<i>Média por nome</i>	78,8	8,2	<i>Média por nome</i>	72,2	8,7

Podemos, antes de mais, constatar como em apenas oito designativos está englobada, tanto num caso como no outro,

(40) Não considero os nomes «Rui» e «Rodrigo», porque, como atrás disse, eles são já duas formas autónomas. Como aqui pretendo mostrar os nomes pela sua ordem de popularidade, a apresentação de ambos em comum falsearia os dados. Separadamente, nenhum deles era usado com uma grande frequência.

bastante mais de metade da população total, com médias muito elevadas, como era inevitável.

Mas se agora virmos qual o número de ordem que corresponde a cada uma das unidades onomatológicas que se encontram representadas em ambas as listas, veremos que só um nome conservou rigorosamente a sua posição e que esse foi o primeiro — «João». É este, aliás, um fenómeno constante, ao longo, pelo menos, das duas centúrias de trezentos e quatrocentos ⁽⁴⁷⁾.

Nome	N.º DE ORDEM	
	Nome próprio	Patronímico
João	1	1
Fernão ou Fernando	2	5
Afonso	3	2
Pero ou Pedro	5	8
Gonçalo	6	3
Martim ou Martinho	7	4

No seu conjunto, as modificações não são grandes. Os lugares oscilam, como é natural; todavia as suas oscilações são de pequena amplitude, sintomáticas de uma tendência conservadora.

Dois antropónimos foram excluídos de cada uma das listas, por não figurarem na outra: «Diogo» e «Álvaro» da primeira, «Vasco» e «Lourenço» da segunda. Mas ainda mesmo esse facto não significa grandes alterações. Excepção importante surge no caso de «Diogo» que, com uma frequência de 64 como nome próprio, não vai além de 23 na qualidade de indicativo de filiação.

É um caso semelhante ao que atrás mencionei, referente a «Luis», embora as causas tenham sido, provavelmente, diversas e neste momento impossíveis de encontrar. Talvez influência de alguma destacada personalidade, usando aquele

(47) É só este o período para o qual os elementos que possuo me permitem fazer esta afirmação, mas creio que a popularidade do nome vem já de períodos anteriores e se prolonga por épocas subsequentes.

nome e de qualquer maneira ligada à região, no princípio do século xv; talvez uma moda de razões obscuras e nem pelos próprios apercebida.

O que atrás deixei dito sobre a elevada frequência de determinados antropónimos, traz como consequência que a maioria dos restantes gozam de pouca popularidade, sendo, por isso, muito raras.

Assim, se analisarmos agora todas essas unidades onomásticas, em conjunto, obteremos:

Elemento onomástico	Unidades onomást.cas	N.º de indivíduos	%	Média de indivíduos por nome	% média por nome
Nome próprio	34	305	34,2	8,9	1
Patronímico	20	252	30,5	12,6	1,5

A frequência é ainda menor entre as gerações mais jovens, devido precisamente à introdução de novos apelativos pessoais, pelo menos até então fracamente divulgados, como «Barnabé», «Gregório», «Guilherme» ou «Jorge» e à decadência de outros como «Garcia», «Geraldo»⁽⁴⁸⁾ ou «Paio», em uso entre nós desde há longuíssimos tempos, mas já muito pouco utilizados, ainda mesmo entre os mais velhos, pois também como patronímicos são raros.

Se a estas considerações se juntarem as que fiz a propósito dos nomes mais frequentes, verificar-se-á que as modificações do conjunto onomatológico são insignificantes. Isto é uma prova, embora obtida a partir de uma época e de uma região restritas, da veracidade das palavras de Olof Brattö, quando afirma que o tesouro onomástico, embora sujeito aos caprichos da moda, é, na sua essência, extremamente conservador⁽⁴⁹⁾.

Os nomes femininos são poucos. As mulheres, em regra, figuram em escasso número na documentação medieval,

(48) Usado, aqui, apenas como patronímico.

(49) *Studi di antropomimia fiorentina*, p. 21.

principalmente deste tipo, salvo se são viúvas e têm, por isso, responsabilidades de chefe de família, ou se o marido se encontra ausente. E tanto num caso como no outro, podem ser identificadas através da designação do cônjuge⁽⁵⁰⁾. As mulheres solteiras raramente têm obrigações semelhantes às do rol que venho analisando.

Não obstante, e porque em toda a outra documentação da época, os antropónimos femininos ocorrem sempre em baixas percentagens, parece-me não de todo inútil dar a conhecer os da presente lista, com a respectiva frequência.

NOMES FEMININOS

NOME	N.º DE INDIV.
Beatriz ou Brites	9
Catarina	9
Isabel	5
Inês	4
Leonor	4
Maria	3
Mor	3
Constança	2
Guiomar	2
Margarida	2
Aldonça	1
Ana	1
Brígida	1
Cecilia	1
Helena	1
Iria	1
Policena	1
Urraca	1
<i>Total</i>	51

(50) Por exemplo: A mulher de Rodrigo Eanes, fuseiro (Iria Gonçalves, *O empréstimo concedido a D. Afonso V*, p. 34); a mulher que foi do Tisnado (*ibidem*); a mulher que foi de Estêvão Eanes, sogra de Gonçalo Coelho (*ibidem*, p. 35); a mulher que foi de Dinis Eanes, tabelião (*ibidem*, p. 36); a mulher de Vasco Martins Galvão (*ibidem*, p. 38); a mulher de Rodrigo Eanes Pinga (*ibidem*, p. 45); a mulher de Diogo Alvarés Carvalho (*ibidem*, p. 57).

Não mais de 18 unidades onomásticas⁽⁵¹⁾, com preferência para «Beatriz», «Catarina», «Isabel», «Inês», «Leonor». A maior parte dos apelativos ocorrem um número mínimo de vezes.

O nome atribuído à criança, no baptismo, costumava ser, na Idade Média, uma denominação que pertencera a algum Santo⁽⁵²⁾. Era hábito este muito divulgado e que a Igreja se esforçou por radicar ainda mais nas populações, até vir a ser oficialmente sancionado pelo concílio de Trento⁽⁵³⁾.

O nosso país não fugia, como é natural, àquela regra, e isso desde os seus primeiros tempos⁽⁵⁴⁾. No século xv podemos verificar que na sua grande maioria as denominações tinham sido enobrecidas por um Santo, quer ele tivesse o seu nome escrito no Novo Testamento (João, Pedro, Isabel, Maria, André, Filipe, Bartolomeu, Estêvão), ou estivesse ligado a épocas mais ou menos posteriores (Inês, Lourenço, Gregório, Helena, Martinho, Domingos, Luís, Brígida); quer estivesse relacionado com a nossa terra (Iria, Gil, Vicente), ou mais latamente com a Península Ibérica (Afonso, Álvaro, Brás), quer não (Catarina, Cecília, Cristóvão, Dinis e tantos mais).

Isto não significa que outros nomes não fossem também

(51) A estas poder-se-ia juntar uma outra: «Branca», mas excluí a sua portadora — D. Branca — do meu estudo, pela mesma razão que me levou a fazer outro tanto aos demais indivíduos não residentes na região. Esta senhora só aparece mencionada a propósito de um seu criado, para o referenciar (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 34).

(52) Paul Lebel, *Les noms de personne en France*, pp. 34-35; Albert Carnoy, *Origines des noms de familles en Belgique*, pp. 23-33; Olof Brattö, *ob. cit.*, pp. 14-15. Este último autor não encontra nomes de tradição religiosa, para a região que estuda, em número muito elevado, mas esses eram alguns dos mais frequentes.

(53) Amadeu Ferraz de Carvalho, *Da actual feição da antroponi-mia portuguesa*, p. 8; Albert Dauzat, *Les noms de famille de France. Traité d'anthroponymie française*, Paris, 1945, p. 34; Paul Lebel, *ob. cit.*, p. 62, entre outros.

(54) J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, pp. 44 e 82; Amadeu Ferraz de Carvalho, *ob. cit.*, p. 8. Este último autor vai um pouco longe demais dizendo que «mesmo antes do concílio de Trento ... nenhum português recebia nome que não tivesse sido consagrado pela Igreja».

usados, merecendo uma referência especial alguns de evidente introdução literária, como «Heitor», «Tristão», «Policena», todos eles, aliás, de pouca frequência.

Mas tanto num caso como no outro, o motor principal da atribuição do nome ao baptizando, era nesta época, como diz Albert Dauzat⁽⁵⁵⁾, a moda, fortalecida principalmente pelo desejo de dar à criança um apelativo elegante, sobretudo se ele era também usado por um soberano ou por qualquer outra pessoa de destaque. A tradição familiar teria também influído, mas foi enfraquecendo a pouco e pouco.

Vimos como a um grande número de pessoas não bastava o nome próprio seguido do patronímico para serem perfeitamente identificadas, tornando-se necessário recorrer à junção de um novo apelativo, agora, em regra, de tipo diferente, e que num grande número de casos já era ou iria transformar-se em apelido de família.

Ao contrário do que se passa com os designativos atrás apontados, este novo elemento apresenta-se de uma riqueza e uma variedade muito grandes, desde as denominações que se originaram de patronímicos (Bentes, Cristóvão, Dinis, Francisco)⁽⁵⁶⁾, matronímicos (Susano, Urraco)⁽⁵⁷⁾ ou epítetos (Velho); aos que recordam a proveniência do próprio ou de um antepassado (de Alenquer, de Beja, de Buarcos, da Pontega,

(55) *Ob. cit.*, pp. 10 e 35.

(56) Não pretendo apresentar uma classificação de todos os apelidos ou alcunhas constantes no rol que examino — tarefa, preferentemente de filólogo — mas apenas dar uma ideia da sua variedade. Por isso, mostro apenas alguns exemplos de cada tipo. A lista completa será dada no final.

(57) Ambos com forma masculina. Nota-se, aliás, que é muito frequente os apelidos tomarem a forma masculina ou feminina, de acordo com o sexo da pessoa que os usa, ao contrário dos patronímicos, que nunca são feminilizados, ainda quando não se formaram a partir de um genitivo. Assim — e para não sair da lista que examino — dizia-se sempre: «Isabel Afonso», «Maria Lourenço», «Beatriz Afonso», «Mor Afonso», mas «Beatriz Álvares Caeira», «Mor Esteves Calada», «Catarina Calva», «Inês Martins Garamaxa». E em todos estes exemplos o nome não é uma alcunha mas já apelido de família, porque usado por outros indivíduos, e na forma masculina.

Gondelim, Moura, Pavia, Algarvio, Francês) como ainda o seu domicílio (do Casal, da Torre); aos evocadores da profissão ora por ele exercida ora por outrem da sua família, em regra o pai (Caeiro, Ferrador, Vendeiro, Machado, Martelo), ou de algo, cuja posse, ajude a uma identificação (da Atafona dos Bois, das Vacas); aos que recordam qualquer peça de calçado (Bota) ou de vestuário (Balandrau, Calça, Calção) que de qualquer modo tivesse, porventura, em certa época da sua vida, contribuído para o individualizar.

Mas o mesmo homem é também fecundo manancial de alcunhas e apelidos de família. Por vezes é ele próprio, como um todo (Homem, Mancebo, Menino); outras alguma parte do seu corpo (Cabelos, Dente, Faces, Ilharga, Orelha, Pestana, Queixada); particularidades de estatura (Curto, Gigante, Longo), de volume (Banha, Delgado, Gordo, Redondo, Seco), de cor do rosto ou cabelo (Preto, Rosado, Roxo, Ruivo, Tisnado, Vermelho); defeitos ou particularidades físicas (Barbancho, Chamorro, Dentudo, Feio, Gago, Galhardo); hábitos (Calado, Palreiro); qualidades ou defeitos morais (Azedo, Bandarra, Folgão, Mãos Boas, Namorado, Sem Mal, Tremido).

Todas estas singularidades podem ser expressas directamente, como as que acabo de indicar, ou indirectamente, por comparação com determinados cargos ou dignidades (Abade, Bispo, Conde, Condesinho, Fidalgo, Rei), com animais (Camelo, Coelho, Cordeiro, Gato, Lobo, Murganho Murzelo Ratinho, Touro) ou com vegetais (Botelho, Cabacinha, Cebola, Nabo).

A par destes, ainda os que sugerem a lembrança de uma ligação de qualquer tipo com outra pessoa (Amo, Criado, Casado, Colaço, Sobrinho), de uma situação social (Rico), de qualquer circunstância relativa à idade (Anelho, Nove Anos), a períodos de tempo (Manhã, Quaresma), além de outros muitos, alguns dos quais de conteúdo muito difícil, se não mesmo impossível de precisar (Boldolho, Caxbrado, Facamelo, Menouto, Pechim, Polim) principalmente devido ao facto de se desconhecer a causa da atribuição do nome — sob a forma de alcunha — à primeira pessoa que o usou.

Todas estas denominações começaram por ser individuais e atribuídas pelos outros, de preferência a procuradas pelo pró-

prio. Eram então plenas de sentido. A pouco e pouco, porém, foram perdendo o seu conteúdo e puderam ser transmitidas de pai a filho. Contribuiu para o facto, sobretudo, como diz Albert Dauzat⁽⁵⁸⁾, a crescente importância atribuída aos laços familiares, mais da parte dos estranhos que dos interessados, ajudada por tabeliães, oficiais de justiça e empregados do fisco que, para maior facilidade de identificação das pessoas, iam apondo, nos documentos oficiais, ao lado do nome do filho, a alcunha — ou indicação de proveniência, ou profissão — do pai, de preferência a um mais completo designativo de filiação⁽⁵⁹⁾, tornado cada vez mais necessário, sobretudo nas cidades.

No século xv muitas destas apelações se tinham já tornado hereditárias — algumas há longo tempo — embora outras sejam ainda individuais e conservem por isso toda a sua significação. Umas e outras figuram na lista que examino, mas é extremamente difícil, na maior parte dos casos, saber em que categoria se devem colocar. Por vezes são usadas por um maior ou menor número de pessoas, algumas nitidamente pertencentes à mesma família. Podemos então afirmar que são já apelidos. Mas aquelas que conservam a categoria de designativo individual, de conteúdo pleno, tornam-se impossíveis de detectar, por falta de qualquer elemento explicitador. Exceptua-se um único caso, em que este elemento se encontra presente, sob a forma do artigo definido — Rodrigo Esteves, o Curto⁽⁶⁰⁾. Por isso, não poderei fazer distinção entre elas.

(58) *Ob. cit.*, p. 39.

(59) Este aspecto reveste-se de uma grande importância, até porque é precisamente sobre esses documentos, e só eles, que podemos trabalhar, excepção feita para os estudos sobre os antropónimos actuais.

(60) Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 86. Mas a p. 32, no mesmo nome, já não figura o artigo definido. Ocorre, pelo contrário, em outros casos onde não posso considerá-lo como introdutório de uma alcunha individual, quando precede um antropónimo formado apenas por aquela denominação, a qual é usada também por outras pessoas. Por exemplo: «a Boroa» (*ibidem*, p. 41), mas «Nuno Afonso Boroa» (*ibidem*, p. 55); «a Gouvinhas», (*ibidem*, p. 56), mas «João Fernandes Gouvinhas» (*ibidem*, p. 82); «o Criado», mas «Vasco Lourenço Criado» (*ibidem*, p. 83); «o Leal» (*ibidem*, p. 81), mas «Pedro Leal» (*ibidem*, p. 55), etc..

Como atrás deixei dito, alguns patronímicos ocorrem já como apelidos ⁽⁶¹⁾, embora em pequeno número. Mas o que principalmente importa salientar, é que todos eles correspondem a nomes próprios de deminuta frequência, como «Cristóvão», «Dinis» ou «Paio», ou mesmo inexistentes na lista que examino ⁽⁶²⁾, como «Bento», «Estação», «Francisco», «Gabriel» ou «Lucas». Um outro — «Viegas» — representa a sobrevivência de um indicativo de filiação de origem muçulmana ⁽⁶³⁾, mas que, como tal, deixara há muito de estar em uso. Tanto quanto me é possível saber, só um património de utilização vulgar — «Vaz» — foi herdado do pai pelo filho ⁽⁶⁴⁾ mas, como já apontei é este um costume que vai começando a verificar-se, embora ainda em pequena escala.

Poderemos talvez pensar que a raridade do antropónimo como nome de baptismo, trazendo conseqüentemente o seu pouco uso como patronímico, contribuiu para que o seu significado, como tal, se perdesse mais rapidamente, facilitando assim a utilização como apelido.

Um dos mais importantes tipos de nomes — pelo menos do ponto de vista do historiador — é o que liga o indivíduo ao solo que habita, de que é senhor ou originário.

Se foram os nobres quem primeiro juntou ao seu nome uma designação geográfica, extraída do da terra que possuíam ⁽⁶⁵⁾, bem depressa os topónimos se ligaram também a

(61) Como seria impossível saber se alguns dos patronímicos que se seguem imediatamente ao nome de baptismo tinham perdido a sua significação inicial, só considero como apelidos de família aqueles que se seguem a um patronímico propriamente dito e constituem, portanto, o terceiro elemento do antropónimo.

(62) Pelo que me tem sido dado verificar, através da leitura da documentação quatrocentista, não é apenas nesta região, mas em todo o país, que os nomes citados são muito pouco frequentes.

(63) Pedro de Azevedo, «Alguns nomes mozarabes no Sul de Portugal», in *Revista Lusitana*, vol. XXII, Lisboa, 1919, p. 214; Amadeu Ferraz de Carvalho, *ob. cit.*, p. 13. É o patronímico correspondente a «Egas» e formado com o «Ibn» árabe.

(64) Fernão Vaz, filho de Gil Vaz (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 60).

(65) Albert Dauzat, *ob. cit.*, pp. 39 e 130. Acrescenta este autor, fazendo-se eco de uma opinião já difundida, que as Cruzadas, reunindo

denominações de camponeses, mesteirais ou outros, atribuídas pelos seus vizinhos, para melhor os individualizar. Neste último caso foram muito variadas as fontes de apelidos⁽⁶⁶⁾, mas interessa frisar, de uma maneira especial as que provêm de nomes de terras ou regiões, que evocam quase sempre o lugar de origem, elucidando-nos sobre deslocamentos de população, que de outro modo muito dificilmente seriam detectados⁽⁶⁷⁾.

Quando um indivíduo vinha de uma região afastada ou de uma povoação próxima, fixar-se em qualquer outro centro populacional, os novos vizinhos, em regra, designavam-no pelo nome da sua terra de origem. Era uma forma prática e simples de bem o identificar⁽⁶⁸⁾.

grande número de nobres, vários dos quais portadores do mesmo nome de baptismo, foram um motor importante na fabricação deste tipo de designativos, bastante adequados para a individualização dos homónimos *ob. cit.*, p. 130).

(66) Cf. o que sobre o assunto dizem, entre outros, Amadeu Ferraz de Carvalho, *ob. cit.*, p. 14; Albert Dauzat, *ob. cit.*, pp. 130-162; Albert Carnoy, *ob. cit.*, pp. 132-141.

(67) Estes antropónimos podem ser expressos de várias formas. A mais vulgar é pela ligação do topónimo aos restantes elementos do nome, por meio da preposição «de», sendo no entanto vulgar o seu desaparecimento (Cf. J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia*, 2.^a ed., Lisboa, 1926, p. 334 e «Enquisas antroponímicas» — VI — «Apelidos de origem geográfica sem «de»», in *Opúsculos*, vol. III, pp. 66-71). Menos vezes é usado um adjetivo étnico-geográfico, lembrando a comunidade de que o indivíduo fazia parte, utilizado para designar a província ou país de origem, de preferência à localidade (Manuel de Paiva Boléo, «Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas colectivas. Seu interesse linguístico, histórico e psicológico», in *Biblos*, vol. XXXI, Coimbra, 1955, p. 6 e Albert Dauzat, *ob. cit.*, p. 158. O que não significa que por vezes não seja também usado para indicar a povoação, como «azambujo», «Ouguel», etc.

(68) Por vezes, essa forma de identificação não era suficiente. Em Montemor existiam dois homens provenientes de Lamego ou de ascendência lamecense e de nome «João». Chamavam-se ambos «João de Lamego». O primeiro a fixar-se no Sul, habitava, por certo, no termo da povoação. Mais tarde, o segundo, ter-se-ia estabelecido na vila e por isso, para os distinguirem, juntaram-lhe uma designação de domicílio: «da vila» — «João de Lamego da Vila» (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 56 e 57).

Umás vezes o nome de origem liga-se a uma povoação afastada (de Lamego, de Viseu, de Buarcos) porque ela é suficientemente importante para ser conhecida num raio de muitos quilómetros; outras a pequenas aldeias (Gondelim (Montemor-o-Novo), Pomares (Évora)) só conhecidas numa região muito limitada e só podendo ser utilizadas dentro dessa região para identificar alguém.

Devemos por isso pensar que nem sempre o nome de uma cidade, como antropónimo, indica o deslocamento de alguém a partir da própria cidade. Por vezes o local de origem é uma aldeia próxima que, por desconhecida e nada significando para os novos vizinhos, eles, como é natural, não nomeariam.

No entanto, o grande número de apelativos de origem provém de pequenas povoações e encontra-se especialmente nos centros mais importantes, o que nitidamente documenta a atracção que estes sempre exerceram não só sobre as áreas rurais circunvizinhas, como sobre outras por vezes bastante afastadas, originando assim importantes deslocamentos de população, não só no interior do país como ainda de além fronteiras⁽⁶⁹⁾.

A par destes há ainda que ter em conta os antropónimos originados por acidentes orográficos, hidrográficos e outros, quer derivados de um nome próprio⁽⁷⁰⁾, quer de um nome comum⁽⁷¹⁾ e que em regra documentam também aquela mesma atracção.

É preciso, naturalmente, usar de certas cautelas no tratamento destes dados e não querer revestir as conclusões a que

(69) Sobre este assunto, cf. Charles Higounet, «Les mouvements de population dans le Midi de la France du XI^e au XV^e siècle, d'après les noms de personnes et les noms de lieu. Esquisse et problèmes», in *Quatrième Congrès International de Sciences Onomastiques*, vol. II, *Actes et Mémoires*, Lund, 1954, pp. 300-305.

(70) Como é o caso, para a lista que estudo, dos nomes «Pecenas» e «Murteira», que com toda a certeza se reportam a duas ribeiras da região.

(71) Sobre os nomes comuns com valor topográfico e sugerindo deslocações de população, cf., por todos, J. Leite de Vasconcelos, «Preito filológico prestado a um insigne orador» e «Etimologia de um nome ilustre», in *Opúsculos*, vol. III, pp. 15-16 e 29, respectivamente.

por seu intermédio se possa chegar, de um rigor absoluto. As dúvidas subsistirão sempre, porque algumas delas são insuperáveis.

Como escolho mais importante conta-se a extrema dificuldade de localização de alguns topónimos, principalmente quando designativos de pequenos lugares, dado que, por vezes, as homonímias se contam por várias dezenas. É provável que o lugar de proveniência se situe perto da povoação em que o seu nome passou a antropónimo, mas é difícil obter uma certeza, até porque a própria identidade de nome com o de um local próximo, e portanto conhecido, pode ajudar a sua utilização como designativo pessoal ⁽⁷²⁾.

Outro obstáculo a considerar é a atribuição de apelativos geográficos independentemente da origem do indivíduo ou de um seu antepassado. Uma viagem ou estadia mais ou menos prolongada, sobretudo em local distante, podem bastar para a atribuição de um adjectivo toponímico a alguém ⁽⁷³⁾. Este era no entanto, na altura, um processo pouco usado ⁽⁷⁴⁾. Mas ainda assim, quando se verifica, o seu aparecimento não deixa de documentar uma deslocação de pessoas, que apenas é temporária e implica um regresso, enquanto nos outros casos ela se pode supor definitiva — embora não necessariamente — e um possível retorno ao local de origem faça cair o designativo ou o substitua por outro.

A par destes, mais um ponto convém não esquecer. Como atrás deixei dito, no século xv, principalmente na sua segunda

(72) Não obstante, e seguindo o exemplo de Gonzalo Díez Melcon (*Apellidos castellano-leoneses*, p. 232), fiz sempre derivar o antropónimo do local mais próximo da povoação onde o encontro. Exceptuei os nomes de casais, herdades, montes, grande parte dos quais não existiam na Idade Média e muitas vezes derivaram eles próprios de um apelativo pessoal, em lugar de lhe darem origem.

(73) Haja em vista o que modernamente tem acontecido com a atribuição dos adjectivos «Brasileiro» e «Francês», a portugueses que ao Brasil ou à França se deslocaram com mais ou menos demora.

(74) Iguais dificuldades sentiram Charles Higounet (*ob. cit.*, p. 300) e Karl Michaëlsson (*L'anthroponymie et la statistique*, in *Quatrième Congrès International de Sciences Onomastiques*, vol. II, *Actes et Memoires*, Lund, 1954, pp. 386-388).

metade, muitas denominações primitivamente individuais, se tinham já transformado em apelido de família⁽⁷⁵⁾. Donde, como consequência, que o antropónimo de origem se multiplicou e foi dado a indivíduos que, pessoalmente, já não se encontravam ligados à terra cujo nome usavam. Este é, no entanto, um problema que só se põe quando se pretendam fazer análises quantitativas ou determinar o momento exacto em que as migrações se verificaram. Mas tanto um ponto como o outro são muito difíceis de esclarecer com precisão: no primeiro caso porque, se é relativamente fácil conhecer quando um nome se transformou já em apelido, não o é saber que ainda se mantém como denominação individual; no segundo porque, além do mais, subsiste em regra uma margem de erro quase tão longa como a duração de toda uma vida.

O que realmente fica de pé e importa salientar, é que se documenta uma deslocação de pessoas, na geração que se estuda ou numa das imediatamente anteriores.

Põe-se é um outro problema: as migrações podem fazer-se directamente ou por etapas sucessivas. Neste último caso, o nome de proveniência pode ter sido aplicado ao indivíduo no primeiro ou num dos primeiros locais da sua estadia, ter-se fixado e viajado com ele para povoação mais distante. Se essa denominação o identifica perfeitamente dentro do novo ambiente em que vai movimentar-se, não é necessário que seja substituída por outra: pode manter-se. E assim temos a possibilidade de o nome de uma pequena aldeia, por exemplo, se ter deslocado, sob a forma de antropónimo, para uma região onde ela não é conhecida⁽⁷⁶⁾, o que vem complicar ainda mais o problema da localização dos topónimos.

Tendo em conta quanto atrás ficou dito, vejamos o que neste campo se passava, em 1475, no almoxarifado de Évora

(75) Isto leva Charles Higounet (*ob. cit.*, p. 300), a desprezar o aproveitamento destes dados para o século XV, com o que não concordo. Penso que, usando as devidas cautelas, os resultados da sua utilização podem ser absolutamente válidos.

(76) É o que pode ter acontecido com Calvos, Luz, Sande e outros, topónimos pouco conhecidos e muito distanciados do local em que se encontram como apelido.

e dentro da camada de habitantes que me é permitido analisar (77).

Como é natural, a cidade, centro populacional mais importante, era o que maior interesse despertava nos emigrantes e o que a mais longe estendia os seus tentáculos de atracção. Algumas vezes estes iam mesmo além-fronteiras, na direcção da Galiza, Castela, Navarra (78), Toscânia, Ceuta (79) e outras partes. Dentro do país foram a vários locais, alguns bastante distanciados como Barroso, Calvos, Viseu, Buarcos, Góis, Miranda e outros, recrutar alguns dos seus habitantes. Nem sequer Lisboa, não obstante a sua indiscutível superioridade como aglomerado urbano, se furtou à esfera de influência da capital alentejana. Menos ainda lhe podia fugir a zona rural circunvizinha ou um pouco mais afastada, que de todos os pontos enviou moradores para Évora. Alguns desses moradores trazem, porém, um nome de origem impossível de localizar, como por exemplo: «do Casal», «do Couto», «das Valadas», «do Vale».

Segunda povoação em importância, Montemor-o-Novo atraiu também moradores de várias zonas, especialmente das suas proximidades, embora regiões afastadas, como Castela, Lamego, a Beira, Ouguela e outras, lhe enviassem também alguns povoadores (80).

(77) Cf. o mapa junto. Nem todos os topónimos vêm indicados, por absoluta impossibilidade de localização. Alguns mudaram de nome, como Barroso (Montalegre) ou Mira (Odemira). Vem indicado o nome usado na época.

(78) Trata-se de alguns judeus, por certo membros daquela importante família que a partir de Moisés Navarro se veio localizar em Lisboa e depois se espalhou por todo o país.

(79) Foi um mouro que se deslocou de Ceuta para Évora. Por isso o nome não figura nas listas que dou em apêndice.

(80) Vários destes moradores teriam vindo para a vila em geração anterior. É sintomático o caso dos Gondelim, que em 1475 contavam em Montemor pelo menos cinco chefes de família. Não creio que tivessem recebido o nome de proveniência independentemente um dos outros — e pudessem não ser, portanto, parentes próximos — nem que se deslocasse toda uma família, que tinha de ser já bastante numerosa.

As restantes localidades pouca atracção exerciam, ainda mesmo sobre as zonas próximas. Habitantes vindos do exterior, pelo menos entre aquela camada de pessoas que conheço, eram muito poucos. É de assinalar, no entanto, em Arraiolos, a ocorrência dos nomes «Galego» e «Francês», documentando deslocações de homens, por certo em geração anterior⁽⁸¹⁾, entre esta vila alentejana e as regiões por eles evocadas e ainda, em Viana, a existência de alguém cujas relações com a Grécia os seus vizinhos não deixaram de frizar, quando necessitaram de lhe aplicar uma etiqueta identificativa.

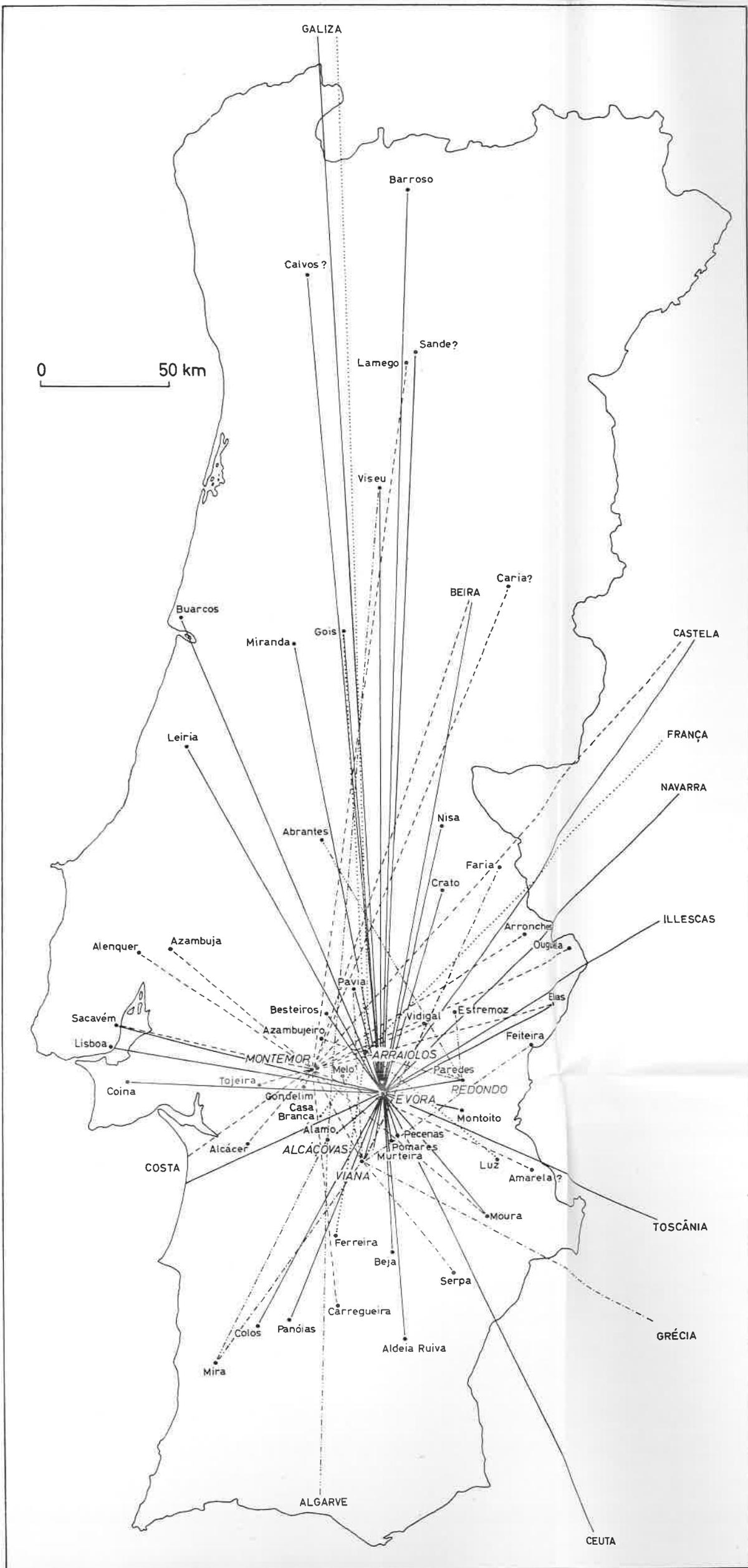
Interessante não só sob o ponto de vista antroponímico mas também histórico, é o estudo dos nomes provenientes de profissões e cargos. É no entanto muito grande a dificuldade em distinguir se a sua menção designa o mister exercido pelo próprio ou se por algum seu antepassado, que o legou aos descendentes já como nome de família.

Tratando-se de cargos, principalmente inerentes a elevadas posições sociais, é mais difícil ainda apreender a realidade, porque na maior parte dos casos a sua menção corresponde a uma alcunha ou a um apelido dela proveniente⁽⁸²⁾.

É certo que de um ou outro modo, serviu de identificativo pessoal, mas enquanto num correspondia à realidade — e isso pode revestir-se de interesse histórico — no outro era apenas um nome já sem qualquer sentido ou com um sentido completamente distinto do da profissão ou cargo em causa. Pode ainda, é certo, fazer já parte do nome, com carácter

(81) Tanto num caso como no outro são três os chefes de família que usam o nome e são todos, por certo, parentes — dois irmãos, e um primo, um tio ou um sobrinho de ambos — e provêm por certo do mesmo tronco, que em época anterior se teria fixado no Alentejo.

(82) Todos os autores consultados se inclinam para esta opinião: J. Leite de Vasconcelos, *Antroponímia portuguesa*, pp. 184-187; Albert Dauzat, *ob. cit.*, pp. 192-194; Albert Carnoy, *ob. cit.*, p. 175; Francis Gourvil, «Les noms de profession dans l'anthroponymie bretonne», in *Quatrième Congrès International de Sciences Onomastiques*, vol. II, *Actes et Memoires*, Lund, 1954, p. 261; Gonzalo Díez Melcon, *ob. cit.*, p. 254; Paul Lebel, *ob. cit.*, pp. 90-91.



Proveniência dos antropónimos de origem geográfica

de maior ou menor mobilidade e significar ao mesmo tempo o mister exercido.

Em qualquer dos casos, penso que quando o indicativo de profissão ocorre imediatamente após o nome próprio, pode considerar-se como fazendo parte do antropónimo⁽⁸³⁾.

Não são muitos os nomes em que isso acontece, mas a maior parte das vezes evocam uma actividade relacionada com a vida rural ou mercantil (Carvoeiro, Leiteiro, Ovelheiro, Peixeiro, Vaqueiro, Vendeiro, a par de outros como Algoz, Caeiro, Serrão, etc.)⁽⁸⁴⁾.

Mas a profissão pode também ser designanda pelo objecto com que se trabalha e que a simboliza⁽⁸⁵⁾: (Charrua, Cordovão, Correia, Trigo⁽⁸⁶⁾, Rabeca, Viola⁽⁸⁷⁾), desde que suficientemente típico para individualizar a pessoa. Mas mais uma vez a dúvida está presente, porque é muito difícil, por vezes, identificar o mister que se esconde atrás daquelas designações.

Muito numerosas são as alcunhas e os apelidos de família a que deram origem. Embora em princípio elas sejam necessariamente individuais e plenas de sentido, caracterizando com enorme agudeza as pessoas a quem são aplicadas, breve se tornam hereditárias e mesmo adoptadas pelos próprios, nomeadamente quando a característica que lhes deu origem se não

(83) Foi nessas condições que o considerei como apelido, a não ser quando ocorria em pessoas muito provavelmente unidas por parentesco próximo, como, por exemplo, no caso de Fernando Algoz e João Fernandes Algoz (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 52), em que o primeiro era, com toda a verosimilhança, pai do segundo.

(84) Cf. apêndice.

(85) Albert Dauzat, *ob. cit.*, p. 170; Albert Carnoy, *ob. cit.*, p. 270; Francis Gourvil, *ob. cit.*, pp. 260-261.

(86) Albert Dauzat (*ob. cit.*, p. 205), também considera «Millet», «Froment» e outros nomes idênticos, como designativos de profissão — era o mercador que comerciava com aquelas mercadorias —, embora em outro local da mesma obra (p. 152) convenha em que podem igualmente ser considerados nomes de origem.

(87) Podem designar o tocador de rabeca ou viola — e esse seria também um mister — ou o seu fabricante.

reproduz na descendência daquele para quem foi criada. Porque essa criação, vinda sempre do exterior, uma grande parte das vezes é ferozmente incisiva e mordaz, procurando os defeitos de preferência às qualidades ⁽⁸⁸⁾.

Na lista que examino e que não foge ao que vulgarmente se verifica, a maior parte das alcunhas referem-se a características de ordem física ou moral. Muitas delas limitam-se, é certo, a deixar vincada uma ou outra particularidade do indivíduo, sem que se perceba nelas, pelo menos aparentemente, qualquer sentido valorativo, de troça ou outro (Grande, Pequeno, Branco, Moreno, etc.), mas na maior parte das vezes a acentuação de um defeito é perfeitamente vincada.

Como é natural, são as características físicas que originam maior número de apodos, porque são mais facilmente apreendidas e despertam imediatamente a atenção. Quase sempre está presente o aspecto depreciativo (Azeitado, Banha, Barbelão, Calvo, Chancudo, Fealho, Feio, Pintão, Rabadão, Rebola, Tes tudo e outros). Só em dois casos a alcunha tem, na aparência, uma aceção valorativa (Galhardo e Loução).

Já não assim os que incidem sobre traços morais, que inculcam, em grande parte, um juízo apreciativo (Bravo, Clemente, Cortesia, Franco, Leal, Ledo, Mãos Boas, Piedosa, Sem Mal, Valente, além de outros cujo sentido é menos nítido). Pelo contrário não são muitas as que apresentam feição visivelmente motejadora (Azedo, Bandarra, Estirado, Folgão, Passa Figo, Preguiça) ⁽⁸⁹⁾.

⁽⁸⁸⁾ A maior parte dos autores que se dedicaram a este assunto, frizaram bem o aspecto pejorativo das alcunhas (J. Leite de Vasconcelos, *Antroponímia Portuguesa*, p. 8; Amadeu Ferraz de Carvalho, *Da actual feição da antroponímia portuguesa*, p. 16; Frederico Lopes Jr, «Notas de Etnografia» — III — «O abração, espelho satírico do povo terceirense», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 2, Angra do Heroísmo, 1944, p. 188; Albert Carnoy, *ob. cit.*, p. 240; Gonzalo Díez Melcon, *ob. cit.*, p. 263).

⁽⁸⁹⁾ Talvez algumas outras, como «Pinga», «Revelado» («Rebelde?»), também sejam realmente depreciativas, mas outras há, como «Calado», «Folgado», «das Moças», «Namorado», «Palreiro», que poderiam ser tomadas no bom ou no mau sentido, consoante o espírito que presidiu à sua atribuição.

É bom, no entanto, notar, que os termos elogiosos podem ser atribuídos a alguém por antífrase, o que melhor ainda mostraria o carácter pejorativo da alcunha.

Quase sempre mordazes são também as alcunhas obtidas por comparação com animais⁽⁹⁰⁾, cargos, etc., que vincam, superlativando-a, uma forma de comportamento, uma atitude, uma palavra até que feriram a atenção dos vizinhos.

*
* *

Figuram na lista que examino alguns nomes de judeus. São poucos, mas devem constituir a grande maioria dos chefes de família israelitas, habitando, ao tempo, no almoxarifado de Évora, porque raramente os filhos de Jacob conseguiam eximir-se de encargos semelhantes aos que no referido rol se continham. Constituem portanto uma representação muito significativa da antroponímia judaica da região e merecem por isso uma análise detalhada.

Os antropónimos judeus eram na época bastante mais simples do que os cristãos: um nome próprio a que se juntava um outro designativo, em grande parte dos casos já transformado em apelido⁽⁹¹⁾ e a que poucas vezes se agregava uma indicação de domicílio. Para identificar a população judaica, pouco numerosa em relação à cristã, era quanto bastava.

(90) Como muito bem observa Albert Carnoy (*ob. cit.*, p. 260) a alcunha pode ser dada não por comparação com o animal, mas a partir de uma relação do homem com ele, que podia ser o seu ganha-pão ou o seu companheiro. Neste caso seria um nome do género dos que nomeiam a profissão a partir de um objecto que a simboliza. Esta seria, no entanto, uma forma muito pouco usada.

(91) Alguns dos quais, como «Navarro», «Gabai», «Romão», «Palacano», vêm já de épocas bastante anteriores, tendo-se conservado através dos tempos (Cf. Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, 1971; Maria Leonor Mártires Martins, *Subsídios para o estudo dos judeus e dos mouros nos reinados de D. João I e D. Duarte*, dissert. dact., Lisboa, 1961; Aida Gisela das Neves Faria, *Análise sócio-económica das comunas judaicas em Portugal (1439-1496)*; dissert. dact., Lisboa, 1963.

Usando as iniciais atrás indicadas para designar cada um dos componentes do nome ⁽⁹²⁾, teremos:

NÚMERO DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO NOME

N.º de componentes do nome	N.º de nomes	Totais de nomes	%
1 -- N (+ E)	2	5	8,6
1 -- A	3		
2 -- N + A	36	47	81,1
2 -- N + A (+ E)	8		
2 -- 2 A	3		
3 -- N + 2 A	6	6	10,3
<i>Total</i>	58	58	100

Na sua quase totalidade, os judeus eram perfeitamente identificados com dois apelativos. Alguns ocorrem, na lista que examino, com três, mas o terceiro elemento é sempre uma designação de domicílio, para melhor individualizar os israelitas residentes fora de Évora, onde o rol foi elaborado e onde eles seriam, como é natural, menos conhecidos. Noutras circunstâncias esse apelativo não era, por certo, usado.

E o mesmo se pode dizer dos que figuram com duas denominações, mas em que nenhuma delas é um nome próprio. O segundo é também quase sempre uma indicação de domicílio ⁽⁹³⁾. Até mesmo aqueles elementos que entre os cristãos tantas vezes ocorrem junto ao nome, embora sem dele fazerem parte, e tanta variedade apresentam, são aqui bastante raros e pouco variados: algumas indicações de parentesco ⁽⁹⁴⁾, de profissão ⁽⁹⁵⁾ e pouco mais.

⁽⁹²⁾ N — Nome próprio.

A — Alcunha ou apelido.

E — Qualquer elemento identificativo que se junte ao nome, sem dele fazer parte.

⁽⁹³⁾ Exceptua-se, provavelmente, apenas Rafaia de Leiria (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 68), nome em que o segundo apelido é sem dúvida indicativo de proveniência.

⁽⁹⁴⁾ José Navarro, filho de Isaac Navarro (*ob. cit.*, p. 76); Aziel Valencim, genro de Navarro (*ibidem*, p. 75).

⁽⁹⁵⁾ Isaac Pinto, tabelião (*ibidem*).

Mas um designativo único era, naturalmente, insuficiente e nos dois únicos casos em que ele é um nome próprio — em ambos, feminino — a denominação não é absolutamente avulsa, porque vem precedida do título honorífico «Dona» ⁽⁹⁶⁾.

Disseminados por entre as várias nações, os israelitas adoptaram as suas línguas, mas conservaram sempre o uso do hebraico nas cerimónias religiosas, e mantiveram-se fiéis aos nomes de tradição bíblica, com que quase sempre denominavam os seus filhos.

Vejamos quais os que figuram na lista que estudo:

NOMES PRÓPRIOS ⁽⁹⁷⁾	
NOME	N.º DE INDIV.
Abraão	9
Isaac	9
José	9 ⁽⁹⁸⁾
Salomão	4
Jacob	3
Judas	3
Aziel	2
Faim	2
Lázaro	2
Mail	2
Moisés	2
Boa	1
Ester	1
Fabibe	1
Leão	1
Mira	1
Samuel	1
<i>Total</i>	53

⁽⁹⁶⁾ D. Boa (*ibidem*, p. 69) e D. Mira (*ibidem*, p. 74).

⁽⁹⁷⁾ Não faço a separação entre nomes masculinos e femininos, como fiz para os cristãos, porque como entre os judeus portugueses se não usavam patronímicos, não posso confrontar aqui as duas gerações masculinas, causa principal que me levou a estabelecer aquela divisão. Além do mais, os antropónimos femininos são em número tão reduzido, que não justificam um tratamento isolado.

⁽⁹⁸⁾ Contei aqui um judeu referenciado na lista apenas pelo apelido, mas que usava como nome próprio «José». Era o marido de D. Mira (Iria Gonçalves, *O empréstimo concedido a D. Afonso V*, p. 16, n. 18).

Apenas 17 unidades onomásticas, de que 14 masculinas, com preferência para «Abraão», «Isaac», «José», «Salomão», nomes todos eles usados por grandes figuras veterotestamentárias. Englobam 58,5 % da população masculina estudada.

As mulheres estão praticamente ausentes. Só três são designadas pelos seus próprios nomes⁽⁹⁹⁾, o que nada permite dizer sobre a onomástica pessoal feminina da época.

Os apelidos usados pelos judeus alentejanos do século xv são bastante variados e alguns, como os de «Abeacar», «Benação», «Navarro», «Palaçano», e outros, pertencentes a um grande número de israelitas espalhados por diversos pontos do país⁽¹⁰⁰⁾.

Podemos encontrar para alguns deles origens semelhantes às dos nomes cristãos, desde os que lembram o lugar de residência (das Alcáçovas, de Arraiolos, de Montemor), ou de proveniência (Catalão⁽¹⁰¹⁾, de Leiria, de Liscas⁽¹⁰²⁾, Navarro, Valencim⁽¹⁰³⁾), aos que indicam a profissão (Ataqueiro, Pratas), ou uma alcunha atribuída pelos vizinhos (Franco, Pardo, Ruivo, Pinto, Vaca). A par destes, tal como para os designativos cristãos, vários nomes cujo significado é obscuro, principalmente por se desconhecer o motivo da sua atribuição (Cachiche, Lulel, Namias, Sanarigo, Trafão, Xavi, Zabouca, Zemerro e tantos outros)⁽¹⁰⁴⁾.

(99) Tal como as mulheres cristãs, também eram por vezes referenciadas pelo nome do marido, como, por exemplo, «a mulher que foi de Palaçano» (Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 69); «a mulher que foi de Zabouca» (*ibidem*, p. 68). Esta última, aliás, figura em outro local, designada também pelo seu nome: «D. Mira, mulher de Zabouca» (*ibidem*, p. 74).

(100) Cf. a bibliografia apresentada na nota 91.

(101) Não me foi possível saber onde habitavam.

(102) O nome aparece sempre grafado «de Liscas», mas creio que se trata do topónimo «Illescas», porque em outros documentos figura escrito «de Lhescas».

(103) É o nome étnico proveniente de Valença ou Valência. Mas não me foi possível apurar em que localidades residiam os seus possuidores.

(104) Cf. apêndice.

*

* *

Vimos assim como a antroponímia portuguesa de quatrocentos, na região alentejana (105), era bastante variada, embora toda ela vasada nos mesmos moldes. Mas sendo, como era, o resultado de um aperfeiçoamento e uma amplificação que se vinha processando desde há alguns séculos, correspondia bem às necessidades de momento, que pouco ultrapassavam, pelo menos para os não nobres, o cuidado de evitar as homonímias — o que nem sempre era possível — e as consequentes confusões de pessoas.

Foi aliás a pressão desse estímulo que levou ao aperfeiçoamento e à amplificação a que me refiro. E ele era tão geralmente sentido, que foi o povo, sem o auxílio de qualquer determinação governamental ou outra, sem a existência de qualquer plano definido, que chegou ao estabelecimento do sistema onomástico em vigor no século XV, sendo também ele que o ampliou e enriqueceu tão extraordinariamente, pela atribuição, ora bem ora mal aceite pelos próprios, de alcunhas, nomes de proveniência, de profissão ou outros, que em grande parte se mantiveram até hoje, na qualidade de apelidos de família.

Bastante rica também, mas menos duradoira no tempo, foi a antroponímia israelita, que pouco depois, no final do século, havia de sofrer tão rude golpe, com a expulsão dos judeus e a mudança de nome dos que, ficando, foram obrigados a converter-se ao cristianismo, pelo menos exteriormente.

(105) E não só no Alentejo, pelo que me tem sido dado verificar. Mas afirmação semelhante para outras regiões ou épocas, não tem aqui o seu lugar.

APÊNDICE

ALCUNHAS E APELIDOS DE FAMÍLIA

a) DE CRISTAOS

NOME	LOCALIDADE	NOME	LOCALIDADE
Abade	Évora	Antono	Montemor
Abrantes (de)	Redondo	Archa (de)	Évora
Acha (de)	Évora	Armas (de)	Montemor
Álamo (do)	»	Arqueira (da)	Évora
Alcácer (de)	Montemor		?
Alcaide	»	Arronches (de)	Montemor
Alenquer (de)	»	Arvalho	Évora
Alfanger	Viana	Atafona (da)	Redondo
Alfeirão	Montemor	Azambujo	Montemor
Algarvio	Alcáçovas	Azambujeiro (do)	Redondo
Algoz	»	Azedo	Arraiolos
Almadavim	Arraiolos		Montemor
Almoxaratim (de)	Montemor	Azeitado	Évora
Alturas (das)	»		?
Alvane	Évora	Bácora do Monte	Montemor
Amarela (da)	Montemor	Bácoro	?
Amo	Viana	Bachelor	?
Andrade (de)	»	Bajanco	Évora
Andreses (dos)	Montemor	Balandrau	»
Andreu	Arraiolos		?
Anelho	Évora	Balegão	Montemor
	Arraiolos	Balurdo	Redondo
Angelino	Évora	Bandarra	Évora
Angerinho	? (1)	Banha	?

(1) Nem sempre é conhecido o local de residência. Tentei apurá-lo, mas só o consegui num número muito limitado de casos.

(2) Indica-se «um moço da Beira» em Évora, cujo nome não figura na lista

NOME	LOCALIDADE	NOME	LOCALIDADE
Barbancho	Évora	Caeiro — Caeira	Montemor
Barbelão	Viana	Calado — Calada	»
Barbosa (de)	?	Calça	Évora
Barneto	Évora	Calção	Montemor
Barrocal	?	Calvino	Viana
Barroso	Évora	Calvo — Calva	Montemor
Beira (da) (2)	Montemor	Calvos (de)	Évora
	Évora	Camarinhas	?
Beja (de)	»	Camarinho	Redondo
Belorim	»	Camelo	Montemor
Bentes	Viana	Camões (de)	Évora
Besteiro	Évora	Cangalhas	»
Besteiros	»	Caracho	»
Bispo	Montemor		?
Bocharo	»	Caramucheiro	»
Bois (dos)	»	Carapinho	Montemor
Boldolho	Montemor	Carca	Viana
Bordeira	Évora	Caria	Montemor
Borges	»	Carpalho	Viana
Bornes	Montemor	Carpinho	Montemor
Boroa	Évora	Carregueiro	»
	Montemor	Carrinho	Évora
Boroa Velha	Évora	Carvalhais (de)	»
Boreira	Alcáçovas	Carvalho	»
Bota	Redondo		Montemor
Botão	Évora		Viana
Botelho	»		Arraiolos
Branco	?		Alcáçovas
Bravo	Évora	Carvoeiro	Évora
Brito (de)	»		Viana
Broco	?	Carzo	Évora
Broto	Alcáçovas	Casa Branca (da)	Arraiolos
Buarcos (de)	Évora		?
Buarcos	»	Casado	?
Buinho	Redondo	Casal (do)	Évora
Cabacinha	Évora		Arraiolos
Cabaco	»	Castelão (3)	Évora
Cabelos	»		Montemor
Caberlão	Arraiolos	Castro (de)	?
Cabral	Évora	Caxbrado	Évora
Cabralão	Arraiolos	Cebola	»
Cachia	Évora	Chacim	»

(3) Sem dúvida com o sentido do «Castelhano».

NOME	LOCALIDADE	NOME	LOCALIDADE
Chainho	?	Doairos	Èvora
		Dórdio	Arraiolos
Chamorro	Èvora	Elvas (de)	Èvora
Chancudo	Montemor		Montemor
Characho	Èvora		?
Charrua	>	Encenço	?
Chota	>	Escorraça	Èvora
Clemente	Viana	Estaço	Èvora
	?	Estirado	Arraiolos
Coelho	Èvora	Estremoz (de)	Redondo
	Montemor	Facamelo	Montemor
	?	Faces	>
Coelheiro	Montemor	Fagundo	Èvora
Coina (de)	Èvora	Falardo	Redondo
Colaço	>	Falcão	?
Colos	>	Falé	Èvora
Conde	>		?
	Arraiolos	Falegre	Montemor
Condesinho	Èvora	Faleiro	Viana
Corchado	>	Faria (de)	>
Cordeiro	>	Favacho	Èvora
	?	Fealho	Viana
Cordovão	Èvora	Feio	Montemor
Correia	>	Feiteira (da)	Viana
Cortesia	Montemor	Feltreiro	Arraiolos
	Alcáçovas	Ferrador	Èvora
Costa (da)	Èvora	Ferreira (de)	Arraiolos
	Montemor	Fidalgo	>
Coutada (da)	Viana	Fole	Montemor
Couto (do)	Èvora	Folgado	Èvora
Crato (do)	>	Folgão	?
Crespo	Montemor	Frade	Montemor
Criado	>	Fragoso	Èvora
Cristóvão	?	Francês	Arraiolos
Cunha (da)	Èvora	Franchote	Èvora
Curalheiro	>	Francisco	?
Curochino	>	Franco	Èvora
Curral (do)	Montemor	Freira (da)	>
Curto	Èvora	Freire	Montemor
Delgado	Arraiolos		Alcáçovas
	Viana	Frilteiro	Èvora
	?	Furtado	>
Dente	Viana	Gabriel	Viana
Dentudo	Arraiolos	Gago	Alcáçovas
Dinis	Montemor		?

NOME	LOCALIDADE	NOME	LOCALIDADE
Galego	Évora	Leborato	Évora
	Arraiolos	Leboreiro	Montemor
	?	Ledo	Évora
Galgito	?	Leitão	»
Galhardo	Montemor	Leiteiro	Redondo
Galvão	Évora	Lente	Montemor
Gamito	Montemor	Lisboa (de)	Évora
Garamaxo — Garamaxa	Évora	Lobo — Loba	»
	Montemor		?
Garção	Évora	Longo	Viana
Gato	»	Loução	Évora
Gia (da)	Viana	Lucas	Arraiolos
Gigante	Arraiolos	Luz	»
Godinho	Évora	Macenas	Évora
	Montemor	Machado	»
Góis (de)	Arraiolos	Madeira	?
	?	Malabade	Redondo
Góis	Évora	Malegão	Évora
Gondelim	Montemor	Mancebo	Montemor
Gordo	Évora	Mangalasa	Évora
	?		?
Goulão	Arraiolos	Manhã	Montemor
	Montemor	Mansino	»
Gouvinhas	»	Mãos Boas	Évora
Grande	»	Marquês	Redondo
Grego	Viana	Martelo	?
Groves	Montemor	Mata (da)	Évora
Guerra (da)	Évora	Mata	»
Guilhem	»	Mel (do)	»
Guio	Redondo	Menino	Montemor
Guisado	Évora	Menouto	»
	?	Merlom (de)	Viana
Gusmão	Évora	Mlolo	»
	Montemor	Mira (de)	»
Homem	Évora	Mira	Alcáçovas
	Montemor	Miranda (de)	Évora
Horta (de)	»	Moças (das)	Arraiolos
Ilharga	Arraiolos	Mochacho	Évora
Infante	Évora	Montouto (de)	»
	Montemor	Morais (de)	Montemor
Jaranas	?	Moreno	Évora
Jorja (da)	Montemor		Redondo
Lamego (de)	»	Moura (de)	Évora
Leal	Évora		Montemor
	Montemor	Moura	Évora

NOME	LOCALIDADE	NOME	LOCALIDADE
Mouro	Arraiolos	Pestaneira (da)	Arraiolos
Mousinho	Évora	Picado	»
Moxão	Alcáçovas	Picas	»
Murganho	Montemor		?
Murteira (da)	Évora	Pico	Viana
	?	Piedosa	»
Murzelo	Évora	Pina (de)	Évora
Nabo	»		?
	Montemor	Píncaro	Évora
	?	Pinga	»
Namorado	Montemor	Pintão	Montemor
Navinho	Évora	Pinto	»
	?		?
Negreiros (de)	Montemor	Piteira	?
Nisa	Évora	Polim	Montemor
Nogueira	Arraiolos	Pomareiro	?
Nove Anos	»	Pomares (de)	Évora
Oliveira (de)	Évora	Pombeira	Évora
	Viana	Pontega (da)	?
Orelha	Arraiolos	Porcos	Viana
Orvalho	Redondo	Porrinho	Arraiolos
Ouguel	Montemor		Montemor
Ouguela (de)	»	Prazeres	Alcáçovas
Ovelheiro	Viana	Preto	Évora
Pais	Montemor		?
Palha	Évora	Prior	Montemor
Palreiro	Montemor	Quadrado	?
	?	Quaresma	Montemor
Panóias	Évora	Quarta Largo	Évora
Papo	Montemor	Queixada	»
Paredes (das)	Redondo	Rabadão	?
Passa Figo	Montemor	Rabeca (da)	Redondo
Patameiro	Évora	Ramalho	»
Pavia (de)	»		Alcáçovas
Pavia	Viana	Ramos	Montemor
Pecenas (das)	Évora	Rascavelhas	Arraiolos
Pechim	?	Ratinho	»
Pegas	?	Ravasco	Arraiolos
Peixeiro	Montemor	Rebola	Montemor
Pelado	?	Rebolo	Redondo
Penas Alvas	Montemor	Redondo	Évora
Pequeno	Arraiolos		Redondo
Pereira	?	Rei	Évora
Perguiça	Évora	Rena (da)	Montemor
Pestana	»	Rendeiro	»

NOME	LOCALIDADE	NOME	LOCALIDADE
Revelado	Évora	Togeira (da)	Montemor
Rico	Montemor	Torre (da)	Évora
Rodovalho	Viana	Toscano	»
Rosa (da)	Montemor	Tourais	Montemor
Rosado	Évora	Touro	Viana
	Montemor	Tremido	Arraiolos
	Redondo	Trigo	?
Roupeiro	Montemor	Trombeiro	Évora
Roxo	»	Urraco	»
Ruidao	Évora	Vabo (de)	Alcáçovas
Ruiva (da)	»	Vacas (das)	?
Ruivo	Montemor	Valadas (das)	Évora
	Arraiolos	Vale (do)	»
	Viana		Arraiolos
Sacavém	Évora	Valente	Montemor
	Montemor	Valhasco	Évora
Sande (de)	?	Vaqueiro	Viana
S. Pedro (de)	Montemor		?
Seco	Arraiolos	Varela	Évora
	Évora		Montemor
Seixo	Viana	Vargo	Évora
Sem Mal	Arraiolos		Montemor
Serpa (de)	Viana		?
Serra	Redondo	Vassalo	Montemor
Serra Portas	Montemor	Veco	»
Serrão	Évora	Velho	Évora
Silva (da)	Évora		Viana
Silvestre	»		?
	Arraiolos	Vendeiro	Évora
Sobreiro	Redondo	Vermelho	Redondo
Sobrinho	Montemor		?
Sondo	»	Viana (de)	Évora
	Arraiolos		?
	Redondo	Viana	Montemor
Sousa (de)	Montemor	Vidigal (do)	»
Several	Arraiolos	Viegas	Évora
Susano	Évora	Viseu (de)	»
Tagarro — Tagarra	Montemor	Vila (da)	Montemor
Tasalho	Évora	Vilares	Évora
Tavares	Montemor	Vilela	»
Terrão	Évora	Viola	»
Testudo	»		Alcáçovas
	?	Vogado	Montemor
Tisnado	Évora	Zangela	Évora

b) DE JUDEUS (4)

NOME	NOME
Abeacar	Namias
Alcáçovas (das)	Navarro
Alfandarim	Palaçano
Alvarinho	Pardo
Arraiolos (de)	Pinto
Ataqueiro	Polegar
Benafação	Pratas
Boino	Rafaia
Bolhos	Romão
Cachiche	Romeiro
Caldeirão	Ruivo
Catalão	Samaria
Fazão	Sanarigo
Franco	Trafão
Gabai	Vaca
Labanca	Valencim
Leiria (de)	Xavi
Liscas (de)	Zabouca
Lulel	Zemerro
Montemor (de)	

(4) Como não se indica, para os judeus, a localidade onde residiam, e só em muito poucos casos a consegui saber, dou apenas a lista dos apelidos.